



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura em Direito

1. Nome da Unidade curricular:

Ciência Política – Turma B

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 168 horas
Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Miguel Prata Roque (2 horas/semana)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Francisco Cordeiro de Araújo

(Assistente Convidado por definir)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

- a) Compreender e analisar, de acordo com métodos juscientíficos, a política e o exercício de poder;
- b) Compreender e analisar, de acordo com métodos juscientíficos, o fenómeno contemporâneo de perda de centralidade dos órgãos formais de exercício de poder político e de multiplicação de centros fácticos de poder;
- c) Dominar os conceitos de regimes políticos, formas de governo e sistemas eleitorais, de modo a compreender o funcionamento institucional dos aparelhos de poder;
- d) Analisar, de modo crítico, os métodos de comunicação e de propaganda política, com vista ao reforço da participação política e da aproximação entre representantes e representados;
- e) Conhecer, analisar e aplicar, de modo crítico, a legislação que regula o exercício de funções políticas; em especial, regime dos partidos políticos, estatuto do direito de oposição, leis eleitorais e regime de responsabilidade dos titulares de cargos políticos;
- f) Conhecer, analisar e aplicar, de modo crítico, a jurisprudência do Tribunal Constitucional e da Comissão Nacional de Eleições sobre democracia interna dos partidos políticos, regime eleitoral e propaganda política.

6. Conteúdos programáticos:

1. Introdução



1.1. O estudo analítico da política como ciência

1.1.1. Teses negacionistas: a política como facto fenomenológico

1.1.2. Teses empíricas: a política como arte

1.1.3. Teses científicas: a política como objeto de análise experimentalista

1.2. O objeto da ciência política

1.2.1. Teses formalistas: o aparelho público

1.2.2. Teses institucionalistas: as instituições políticas (incluindo as privadas)

1.2.3. Teses materialistas: as estruturas de exercício de poder público

1.3. A função da ciência política

1.3.1. Instrumento de conquista e domínio

1.3.2. Instrumento de transparência e controlo democrático

1.3.3. Instrumento de reforma e transformação

1.3.4. Instrumento de governação

1.3.5. Instrumento de influência e pedagogia

2. A sede do poder

2.1. As instituições

2.1.1. Públicas

2.1.1.1. Estados

2.1.1.1.1. Parlamentos

2.1.1.1.2. Governos

2.1.1.1.3. Administração pública

2.1.1.1.4. Tribunais

2.1.1.2. Organizações internacionais

2.1.1.3. Redes transnacionais

2.1.2. Privadas

2.1.2.1. Poder económico

2.1.2.2. Poder financeiro

2.1.2.3. Poder tecnológico

2.1.2.4. Poder científico

2.1.2.5. Poder comunicacional

2.1.2.6. Poder clandestino

2.2. Sistemas políticos

2.2.1. Presidencialista

2.2.2. Semipresidencialista

2.2.3. Parlamentarista

2.2.4. Parlamentarista racionalizado

2.2.5. Governamentalista (ou de gabinete)

2.2.6. Presidencialista de chefe de governo

3. O acesso ao poder

3.1. Os pretendentes



- 3.1.1. Partidos
- 3.1.2. Movimentos de cidadãos
- 3.1.3. Opositores ao regime
- 3.1.4. Grupos de interesses

3.2. Os sistemas eleitorais

- 3.2.1. Proporcional
- 3.2.2. Maioritário
- 3.2.3. Círculo único
- 3.2.4. Círculos múltiplos
- 3.2.5. Círculo de compensação
- 3.2.6. Bicamerais

3.3. Os sistemas de designação de titulares de cargos políticos

- 3.3.1. Nomeação
- 3.3.2. Inerência
- 3.3.3. Cooptação

3.4. As elites

- 3.4.1. Mérito
- 3.4.2. Progresso
- 3.4.3. Competição
- 3.4.4. Endogamia
- 3.4.5. Consanguinidade
- 3.4.6. Renovação

4. A ideologia do poder

4.1. Sistemas partidários

- 4.1.1. Partido único
- 4.1.2. Apartidário
- 4.1.3. Bipartidário
- 4.1.4. Multipartidário

4.2. Programas políticos

- 4.2.1. Totalitários
 - 4.2.1.1. Ditatoriais
 - 4.2.1.2. Revolucionários
 - 4.2.1.3. Militares/policiais
- 4.2.2. Autoritários
 - 4.2.2.1. Confessionais/religiosos
 - 4.2.2.2. Nacionalistas/xenófobos
 - 4.2.2.3. Tribalistas
 - 4.2.2.4. Centralistas
- 4.2.3. Democráticos
 - 4.2.3.1. Representativos
 - 4.2.3.2. Democracia direta
 - 4.2.3.3. Participativos
 - 4.2.3.4. Colaborativos



5. O discurso do poder

5.1. Propaganda política

- 5.1.1. Oficial
- 5.1.2. Pluralista
- 5.1.3. O Estado-Espectáculo: o poder dos “*media*”
- 5.1.4. Tecnologia e redes sociais

5.2. Oposição democrática

5.2.1. Tipos

- 5.2.1.1. Sistémica
 - 5.2.1.1.1. Parlamentar
 - 5.2.1.1.2. Regional/local
 - 5.2.1.1.3. Grupos de interesses
- 5.2.1.2. Antissistémica
 - 5.2.1.2.1. Autonomista
 - 5.2.1.2.2. Independentista
 - 5.2.1.2.3. Antidemocrática
 - 5.2.1.2.4. Anarquista

5.3. Argumentação e retórica

5.3.1. Modelos comunicacionais

- 5.3.1.1. Centralizados
- 5.3.1.2. Partilhados
- 5.3.1.3. De massas
- 5.3.1.4. Setoriais

5.3.2. Tipos de líderes

- 5.3.2.1. Carismáticos
- 5.3.2.2. Tecnocratas
- 5.3.2.3. Conciliadores
- 5.3.2.4. Antagonizadores
- 5.3.2.5. Porta-vozes (ou coletivistas)
- 5.3.2.6. Franco-atiradores (ou antissistémicos)

6. O controlo do poder

6.1. Controlo político

- 6.1.1. Autocontrolo
 - 6.1.1.1. Mecanismos internos
 - 6.1.1.2. Mecanismos partidários
- 6.1.2. Heterocontrolo
 - 6.1.2.1. Órgão parlamentar
 - 6.1.2.2. Órgão moderador
 - 6.1.2.3. Partidos de oposição



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

6.2. Controlo jurisdicional

- 6.2.1. Fiscalização da constitucionalidade das leis
- 6.2.2. Fiscalização da democracia interna dos partidos
- 6.2.3. Fiscalização da legalidade administrativa
- 6.2.4. Responsabilidade criminal
- 6.2.5. Responsabilidade financeira

6.3. Controlo social

- 6.3.1. Responsabilidade política
- 6.3.2. A opinião pública
- 6.3.3. Os órgãos de comunicação social
- 6.3.4. Os sindicatos
- 6.3.5. As redes sociais
- 6.3.6. Os grupos de interesses

6.4. Controlo transnacional

6.4.1. Esfera internacional

- 6.4.1.1. Constitucionalismo multinível
- 6.4.1.2. Integração em partidos e movimentos mundiais
- 6.4.1.3. Integração jurídica e partilha de soberania

6.4.2. Esfera transnacional

- 6.4.2.1. As redes transnacionais
- 6.4.2.2. As ONG's transnacionais
- 6.4.2.3. As empresas transnacionais
 - 6.4.2.3.1. A vinculação jurídico-pública: o Direito Constitucional Societal
 - 6.4.2.3.2. A democraticidade corporativa
 - 6.4.2.3.3. A prestação de contas (“*accountability*”)
 - 6.4.2.3.4. A transparência
 - 6.4.2.3.5. A garantia de justiciabilidade (“*judicial review*”)

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Atenta a natureza semestral da disciplina a lecionar, foram selecionados os conteúdos programáticos essenciais para a concretização plena dos objetivos *supra* identificados.

8. Metodologias de ensino:

Ensino teórico assente em aulas plenárias, que visam:

- a) Estabelecer as bases metodológicas para compreensão da matéria lecionada;
- b) Fixar os conteúdos objeto de avaliação em aula prática e nas provas de avaliação;
- c) Estimular uma aprendizagem crítica e argumentativa, estimulando a intervenção das/os alunas/os;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

d) Contribuir para uma interligação, constante e permanente, entre o ensino teórico ministrado e o saber prático típico da contemporaneidade social, política, económica, cultural, científica e tecnológica que decorre do fenómeno da globalização e da desmaterialização das relações jurídico-políticas;

e) Contribuir para a aquisição de novas competências e para a capacitação das/os alunas/os para resolver novas questões jurídicas, decorrentes da globalização e das novas formas de exercício de poder político.

Ensino prático assente em aulas de avaliação contínua, que visam:

a) Identificação e resolução de casos práticos, em matéria de Direito Eleitoral, regime dos partidos políticos, estatuto do direito de oposição e propaganda política;

b) Estudo de Direito Constitucional Comparado;

b) Pesquisa e análise crítica de textos científicos de filósofos e politólogos sobre os temas abordados;

d) Discussão crítica sobre a crise das democracias e, em especial, da democracia representativa;

e) Esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de matérias lecionadas nas aulas plenárias.

9. Avaliação:

Método A:

- Avaliação contínua, oral, em aula plenária e em prática, mediante resolução de casos práticos, comentário a jurisprudência e a artigos científicos, resposta a perguntas colocadas pela/o docente – **50%** (nos termos do artigo 15.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, aplicável *ex vi* artigo 23.º, n.ºs 1 e 2, do Regulamento de Avaliação)

- Ensaio escrito sobre tema do programa, mediante prévia autorização pelo docente e apresentação em aula – **50%** [nos termos do artigo 15.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, aplicável *ex vi* artigo 23.º, n.ºs 1 e 2, do Regulamento de Avaliação]

Nota: Aprovação à disciplina é obtida mediante a obtenção da classificação de **10 (dez) valores**, após a combinação dos critérios anteriores

Método B:

- Sem especificidades, de acordo com as regras fixadas pelos artigos 20.º a 22.º, aplicáveis *ex vi* artigo 23.º, n.º 3, do Regulamento de Avaliação.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Atenta a vinculação aos métodos fixados pelo Regulamento de Avaliação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foram aplicados e devidamente adaptados os referidos métodos para a concretização plena dos objetivos *supra* identificados.

11. Bibliografia principal:

- Adriano Moreira, *Ciência Política*, Almedina, 2014

- António Marques Bessa/Jaime Nogueira Pinto, *Introdução à Política*, Volume II (O Poder, o Estado e a Classe Política), Editorial Verbo, 2001, e Volume III (Ideologias, Regimes Políticos e Ordem Internacional), Editorial Verbo, 2002



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Carlos Blanco de Moraes, *Sistema Político – No contexto da erosão da democracia representativa*, Almedina, Coimbra, 2017
- Gianfranco Pasquino, *Curso de Ciência Política*, Principia, Cascais, 2005;
- Jorge Reis Novais, *Teoria das Formas Políticas e dos Sistemas de Governo*, AAFDL Editora, Lisboa, 2019 (2ª edição)
- Luís Pereira Coutinho, *Teoria dos Regimes Políticos – Lições de Ciência Política*, AAFDL Editora, Lisboa, 2019
- Maurice Duverger, *Sociologia da Política*, Almedina, 1983
- Miguel Prata Roque, *Ciência Política – Guia de Estudo*, AAFDL Editora, Lisboa, 2021
- Miguel Prata Roque, *Lições de Ciência Política*, AAFDL Editora, Lisboa, 2023 (a publicar)
- Miguel Prata Roque, *Sociedade Aberta e dissenso: contributo para a compreensão contemporânea do princípio do pluralismo político*, in «Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira», 2006, pp. 355-405

Em inglês:

- Ellen Grigsby, *Analysing Politics – An Introduction to Political Science*, Wadsworth Cengage Learning, 2009
- Robert E. Goodin, *The Oxford Dictionary of Political Science*, Oxford University Press, 2011
- Sheldon S. Wolin, *Politics and Vision – Continuity and Innovation in Western Political Thought*, Princeton University Press, 2016

12. Observações:

Nenhuma